

Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

Da governação à governança? As fundações públicas e público-privadas na política cultural portuguesa

Tiago Mendes¹

Carlos Vargas²

¹ Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

² HTC - História, Territórios e Comunidades constitui um pólo na NOVA FCSH do Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta – da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Trabalho realizado no âmbito da Unidade de I&D Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet (CFE), com a referência UIDB/04004/2020, com apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC).

Resumo:

A evolução e transformação do modelo de intervenção do Estado social (Bonet & Donato 2011, 6), fenómeno particularmente impactado pelo “neo-liberal turn” do Reino Unido, induz uma reorientação das políticas culturais de múltiplos países europeus (Fabiani 2014, 213). À escala internacional assiste-se ao “the hollowing out of the nation state (...) and the shift from government to governance” (Rhodes 1994, citado em O'Brien 2011, 45). A tendência tem sido a da “abdicação progressiva dos Estados centrais a favor de poderes supletivos”, como por exemplo os governos regionais e locais, abandonando o anterior papel de “mentor, pai e patrão da cultura” (Mendes 2006). A governança cultural pode facilitar, e ampliar, os efeitos da democratização cultural, englobando processos plurais e igualitários, de negociação permanente, numa procura de soluções equilibradas para problemas comuns (Fraser 1990).

Contudo, as políticas culturais adoptam modelos de governança “not all at the same speed, nor always in the same direction” (King & Schramme 2019, 74). Neste working paper problematiza-

se a tentativa de implementação, por parte do governo português ao longo das últimas décadas, de uma mudança de paradigma na política cultural nacional: uma passagem da governação para a governança. O Estado tem vindo a testar modelos alternativos e inovadores, por meio de diferentes tipologias jurídicas e configurações institucionais distintas, alcançando resultados diferentes em cada caso concreto. Mais do que apenas pela atribuição de um grau crescente de autonomia de gestão atribuída às organizações públicas, esta tendência engloba práticas de governança como: a inclusão de agentes públicos (poder central e local), privados e do terceiro sector nas configurações institucionais; a procura por modelos de financiamento auto-sustentáveis; e a opção por orgânicas organizacionais que contribuam para a eficácia da implementação das políticas públicas de cultura a nível nacional.

O nosso argumento é enfatizado através da consideração de quatro estudos de caso: fundações públicas e público-privadas do sector cultural, criadas entre 1989 e 2011, substancialmente financiadas pelo governo, mas envolvendo outros stakeholders (entre fundadores, patronos ou entidades com responsabilidades consultivas). Pese embora tenham em comum uma tipologia jurídica comum, as fundações em análise adoptam formas distintas a partir do modelo fundacional. Sendo exemplos de uma eventual viragem nas políticas públicas de cultura, manifestam de diferentes formas essa possibilidade de governança, de acordo com vários factores que nos propomos considerar.

Este working paper pretende analisar as alterações nas configurações organizacionais destas fundações desde 1989 até ao presente, na sequência de necessidades institucionais particulares e da evolução do próprio contexto político. Propomo-nos identificar características

Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

tipológicas dos arranjos de governança organizacional e analisar o seu papel e impacto nas políticas culturais portuguesas.

Em termos metodológicos, partimos da consulta do caudal legislativo que dá forma às quatro fundações aqui em estudo – Fundação de Serralves, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Fundação Casa da Música e Fundação Côa Parque – tendo por fontes documentais a legislação produzida, a saber Decretos-Lei, Resoluções de Conselho de Ministros e Despachos Normativos, que as institui e/ou reformula, bem como os Estatutos, que as regulamentam, e que se encontram anexados aos respectivos Decretos-Lei.

A partir daqui, propomo-nos problematizar o fenómeno a partir de uma abordagem comparativa que, a partir de uma análise longitudinal cruzada das quatro fundações, que considere: a orgânica de cada uma, a composição do conselho de administração, a composição dos conselhos de fundadores, as características dos seus membros e patronos; e o peso que o Estado Central representa na administração de cada uma. Estes critérios constituem elementos fundamentais para a aferição do estágio de maturidade institucional nos modelos de governança; aferindo, por exemplo, o controlo

político sobre as organizações e detectando orgânicas que subalternizam os restantes stakeholders. Esta análise informará uma melhor compreensão da evolução dos modelos de governança, e do sucesso da sua implementação, na política cultural nacional.

Palavras-chave

Cultura, governança, fundação, políticas públicas, Portugal